

REFINADORA CATARINENSE S.A.

CNPJ /MF Nº 86.151.586/0001-00

Rodovia SC 401, nº 4756, Km 5, Saco Grande II, Florianópolis, SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários vigentes, apresentamos as Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 2 de março de 2022.

A ADMINISTRAÇÃO.

Refinadora Catarinense S.A.**Balanço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.913	2.965
Bens destinados a venda		23	23
Partes relacionadas	6	5.720	4.862
Impostos a recuperar		1.198	1.669
Créditos de IPI	7	195.911	195.911
Outros créditos		1.615	1.619
Total do Ativo Circulante		207.380	207.049
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	2.891	3.994
Depósitos judiciais		97	97
Impostos a recuperar		2.592	3.197
Investimentos	8	15.333	15.456
Imobilizado		51	60
Total do Ativo Não Circulante		20.964	22.804
TOTAL DO ATIVO		228.344	229.853
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores		16	10
Partes relacionadas	6	564	488
Obrigações fiscais e trabalhistas		50	582
Débitos com terceiros	9	645	645
Dividendos a pagar		250	428
Total do Passivo Circulante		1.525	2.153
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	232	0
Débitos com terceiros	9	11.179	11.180
Total do Passivo Não Circulante		11.411	11.180
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	10		
Capital social		22.016	22.016
Reserva de capital		33.946	33.946
Transações de capital		-2.534	-2.534
Reserva de lucro		161.980	163.092
Total do Patrimônio Líquido		215.408	216.520
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		228.344	229.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinadora Catarinense S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida		502	252
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	12	(1.501)	(3.106)
Resultado de participações societárias	8	(123)	(72)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	(47)	9.408
Total das despesas operacionais		(1.671)	6.230
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(1.169)	6.482
Despesas financeiras		(72)	(1.169)
Receitas financeiras		350	9.592
Resultado financeiro	14	278	8.423
Resultado antes dos impostos		(891)	14.905
Imposto de renda e contribuição social	15	-	(3.653)
Lucro líquido do exercício		(891)	11.252
Resultado por ação			
Básico e diluído por ação (em R\$ por ação)	11	(4)	47

Refinadora Catarinense S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(891)	11.252
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(891)	11.252
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	(891)	11.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinadora Catarinense S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucro							Total
	Capital social	Reserva de capital	Transações de capital	Legal	Contingências	Lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.016	33.946	(2.495)	4.403	101.137	53.834	-	212.842
Resultado do exercício'	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos – nota 10	-	-	-	-	-	-	(8.500)	(8.500)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	-	966	966
Reversão de reserva	-	-	-	-	-	(8.500)	8.500	-
Constituição de reserva lucro	-	-	(39)	-	12.218	-	(12.218)	(39)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.016	33.946	(2.534)	4.403	113.355	45.334	-	205.268
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(891)	(891)
Reversão de dividendos	-	-	-	-	-	-	(221)	(221)
Reversão de reserva	-	-	-	-	-	(221)	221	-
Constituição de reserva lucro	-	-	-	-	-	(891)	891	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	22.016	33.946	(2.534)	4.403	113.355	44.222	-	215.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinadora Catarinense S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Das operações	(969)	12.091
Lucro líquido do exercício	(891)	11.252
Ajustado por:		
Depreciações	9	9
Equivalência patrimonial	123	72
Valor residual Investimentos	-	52
Juros do ativo não circulante e passivo não circulante	(210)	706
Variação nos saldos de ativos e passivos	(1.011)	5.778
Outros ativos circulantes	(383)	4.778
Fornecedores	6	(1)
Obrigações fiscais e sociais	(532)	517
Obrigações trabalhistas	-	(4)
Outras contas passivas	(102)	488
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(1.980)	17.869
Atividades de investimentos		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(1.300)	(18)
Aumento de Investimentos	-	(13.084)
Recebimento empréstimos a partes relacionadas	2.543	19.458
Recebimento de crédito de IPI	-	112.330
Recebimento de outros circulantes	675	1.770
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	1.918	120.456
Atividades de financiamento		
Dividendos Pagos	(221)	(34.072)
Empréstimo parte relacionada	231	-
Pagamentos de empréstimos	-	(114.479)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	10	(148.551)
Variação de caixa:	52	10.226
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.965	13.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.913	2.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Refinadora Catarinense S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A REFINADORA CATARINENSE S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos principais a participação acionária em outras empresas e a compra e venda de imóveis.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A moeda funcional da Companhia é o Real, que também é moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas, incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 2 de março de 2022.

A Companhia é a controladora da Usati S.A. Refinadora de Açúcar e PB Construções e Incorporações Ltda (Nota 8), empresas não operacionais e que, portanto, não apresentam ativos ou passivos relevantes. Motivo qual a Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos com expectativa de realização e obrigações vincendas dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, são consideradas equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e em investidas nas quais a Companhia mantém participação relevante estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição.

3.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, à taxa anual média de 10%, que representa, na avaliação da administração, o prazo de vida útil-econômica dos respectivos ativos.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.6. Provisões

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Instrumentos financeiros

Ativos

São classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à

Refinadora Catarinense S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aquisição do ativo financeiro.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Os classificados como "Empréstimos e recebíveis" após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Passivos

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

A Companhia não tem contratos de derivativos e não aplica a contabilidade de Hedge.

3.8. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Parcela substancial das receitas da Companhia são oriundas de atualização de precatórios federais (Nota 7) e, no entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, baseado na sua origem não são tributados.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9. Demais ativos, passivos e resultado

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias correspondentes até a data do balanço.

Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência.

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez

A Administração da Companhia avaliou as revisões e os novos pronunciamentos aplicáveis a partir de 2019 e concluiu que não houve alteração material que afetasse suas demonstrações financeiras.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para processos cíveis e trabalhistas e estão descritos na Nota 3.6.

Como mencionado na Nota 3.8 a Companhia não tributa os valores relativos a atualização de seus precatórios federais, por entender que a natureza de tais créditos não gera base tributável.

Refinadora Catarinense S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	2021	2020
Caixa	1	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.912	2.964
Total	2.913	2.965

As aplicações financeiras possuem rendimentos médios de 100,50% do CDI.

6. PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas são resultantes de operações de compra e venda e de empréstimos praticados de acordo com as condições julgadas como normais de mercado pela administração da Companhia, sendo que os contratos de mútuos com empresas ligadas são remunerados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e as dívidas com empresas ligadas decorrentes de uso de crédito IPI são remuneradas pela taxa Selic.

Empresa	ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
	2021	2020	2021	2020
Consortio Outlet	982	407	564	488
Pedra Branca Ltda.	2.529	2.529	-	-
Porto da Barra S.A.	2.084	1.877	-	-
PB Construções e Incorporações Ltda	75	49	-	-
Usati S.A. Refinadora de Açúcar	50	0	-	-
Total	5.720	4.862	564	488
Empresa	ATIVO NÃO CIRCULANTE		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
	2021	2020	2021	2020
Consortio Outlet	-	-	232	-
Pedra Branca Ltda	2.891	3.994	-	-
Total	2.891	3.994	232	0
	RESULTADO			
	2020	2020		
Resultado com partes relacionadas				
Receita	341	341		
Despesas	(1.227)	(1.227)		
Total	(886)	(886)		

7. CRÉDITO PRÊMIO DE IPI

A Companhia impetrou ação questionando seu direito a receber determinados créditos fiscais relacionados ao Imposto de Produção Industrial ("Crédito-prêmio de IPI"). Em 2011 a Companhia teve trânsito em julgado na ação que movia, o que lhe conferiu de forma irretratável o direito a tais valores apurados até meados da década de 90. Como resultado desta ação a Companhia recebeu precatórios federais por parte da União que vem sendo liquidados pelo Governo conforme seus vencimentos. No circulante está representada a parcela a receber no exercício seguinte e no não circulante, as demais parcelas. O vencimento final é no ano de 2022. Os valores são atualizados pelo IPCA-E.

Os saldos de atualização monetária foram feitos até 2019, que totalizavam naquele exercício R\$ 10.749. A Companhia está discutindo judicialmente a taxa de atualização desses créditos, sendo assim, nos exercícios de 2021 e 2020, tais saldos não estão sendo corrigidos.

Do montante total a receber há um saldo de aproximadamente R\$156.000 que está pendente de liberação pela União, em função de ter sido retido por conta de um parcelamento fiscal mantido por empresa relacionada à Refinadora Catarinense. A Companhia vem avaliando medidas para liberar estes recursos com seus assessores jurídicos, visto que o parcelamento fiscal de sua parte relacionada é inferior ao total que está pendente de liberação.

Refinadora Catarinense S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. INVESTIMENTOS

	Usati S.A. Refinadora de Açúcar	Porto da Barra S.A.	PB Constru ções e Inc. Ltda	Total Investim entos 2020	Total Investim entos 2019
Patrimônio líquido	(19)	5.482	246		
Nº de cotas totais	1.000.000	93.752.358	225.185		
Cotas possuídas	1.000.000	19.601.123	24.470		
% de participação	100,00%	20,91%	90,44%		
Saldo em 31/12/2020 *	58	2.182	244	2.484	2.483
Subscrição	-	-	-	-	112
Transações de capital	-	-	-	-	(39)
Resultado de equivalência patrimonial	(58)	(43)	(22)	(123)	(72)
Saldo em 31/12/2021 *	-	2.139	222	2.361	2.484
Terreno I Fashion Outlet Santa Catarina				12.972	12.972
Participação em outras empresas				-	-
Total dos investimentos				15.333	15.456

* Inclui R\$992 de ágio pago na aquisição do investimento.

9. DÉBITOS COM OUTRAS EMPRESAS

Adicionalmente à discussão sobre seus direitos relativos ao Crédito-prêmio de IPI, mencionados na Nota 7, a Companhia mantinha outras discussões judiciais relacionadas a créditos fiscais de IPI nas quais também buscava assegurar o reconhecimento por parte da União de créditos a qual entendia serem devidos.

Através de Mandado de Segurança foram vendidos a terceiros créditos de impostos que ainda estavam em discussão. Tais créditos eram oriundos de ações que estavam em fase de recurso e que tinham chances prováveis de êxito, embora ainda não houvesse o trânsito em julgado. A decisão final, no entanto, foi desfavorável à Companhia. Os valores vendidos a terceiros foram recomprados pela Companhia e vem sendo pagos conforme parcelamento acordado entre as partes. Provisão integral sobre os valores dos créditos recomprados foi registrada pela Companhia.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 22.016 é representado por 241.491 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 226.304 ações ordinárias e 15.187 ações preferenciais.

Reservas de lucro**Reserva legal**

Constituída com base em 5% do lucro antes de qualquer destinação, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de contingências

Formada em função de riscos relacionados as diversas incertezas relacionadas aos temas tributários nos quais a Companhia é parte, em especial as notificações descritas na Nota 16.

Reserva de lucros a realizar

Uma vez que o lucro líquido auferido pela companhia é substancialmente oriundo de atualização de precatórios, sendo que o caixa somente vem sendo realizado quando do pagamento dos referidos precatórios pela União, os resultados são destinados para a reserva de lucros a realizar, sendo revertida na medida que os precatórios são pagos pela União Federal.

Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A diretoria executiva propôs o pagamento de dividendos relativamente ao exercício de 2020 da seguinte forma:

	2020
Lucro líquido do exercício	11.252
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios	25%
Dividendos obrigatórios	2.813
Dividendos adicionais	5.687
Total de dividendos propostos	8.500
	75,54%

Refinadora Catarinense S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. RESULTADO POR AÇÃO

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	(891)	11.252
Denominador		
Média ponderada do número de ações	241.491	241.491
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária (em Reais)	(0,0037)	45,59

12. DESPESA ADMINISTRATIVA

	2021	2020
Despesa de pessoal	(221)	(191)
Serviços de terceiros	(420)	(2.554)
Depreciação e amortização	(9)	(9)
Energia, água e telefone	(11)	(10)
Viagens e estadias	(27)	(20)
Publicações legais	(36)	-
Impostos e taxas	(17)	(19)
Aluguéis e arrendamentos	(80)	(65)
Área não locada - consorcio	(371)	
Outras despesas	(309)	(238)
	(1.501)	(3.106)

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2021	2020
Outras receitas		
Indenização Eletrobrás	-	10.925
Receitas diversas	18	-
	18	10.925
Outras Despesas		
PIS sobre outras receitas	(3)	(243)
COFINS sobre outras receitas	(15)	(1.210)
Outras despesas	(47)	(64)
	(65)	(1.517)
	(47)	9.408

Em 1984 a Companhia impetrou processo judicial que trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados "crédito-prêmio do IPI". Processo similar ao descrito na Nota 7, porém relativo a período diverso. Em 2002 a Companhia firmou contrato com a Portobello S.A., empresa relacionada, pela qual houve a substituição da titularidade do processo, passando a Portobello a figurar no polo ativo da ação. Consequentemente, quando do encerramento do processo, esta seria a beneficiária dos referidos créditos. O contrato firmado entre as partes previa, no entanto, que parte do valor a ser recebido pela Portobello seria repassado à Companhia quando de sua realização por venda, compensação ou reembolso.

O processo já teve trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal estando em fase de execução de sentença. A Fazenda Nacional já reconheceu como incontroverso parte do valor exigido, sendo que em 16 de abril de 2019 foi expedida a Requisição de Pagamento (Precatório) do valor incontroverso, quantificado em R\$ 200.549 a valores de junho de 2019. Em 30 de setembro de 2019 a Portobello vendeu a terceiros o precatório pelo montante de R\$ 170.000. Sobre o valor vendido a Refinadora Catarinense tem direito a R\$ 33.790, dos quais R\$10.987 foram pagos pela Portobello em dezembro de 2019 e o saldo remanescente de R\$ 22.803 foi pago no primeiro semestre de 2020. A empresa tinha alguns créditos tributário de empréstimo compulsório eletrobrás, bloqueados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, por algumas execuções fiscais. Há alguns anos a Refinadora, estava tentando a liberação desses valores, tendo em vista que todas as execuções fiscais já haviam sido liquidadas, seja através da MP 470, Lei 11.1941 e PERT. No exercício de 2020 após esses processos serem encerrados, os valores foram liberados de seus bloqueios.

Refinadora Catarinense S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras -- continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros	(41)	(1.167)
Descontos	(25)	-
IOF	(4)	-
Despesas bancárias	(2)	(2)
	(72)	(1.169)
Receitas financeiras		
Juros	264	9.478
Resultado de aplicação financeira	86	114
	350	9.592
Resultado financeiro líquido	278	8.423

15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 se encontra disposta abaixo:

	2021	2020
Resultado antes dos tributos	(891)	14.905
Alíquota dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	(5.068)
Exclusões permanentes:		
Atualização crédito prêmio – Nota 7	-	1.167
Outras (Juros recebidos)	-	(9.888)
Impostos registrados no resultado	-	(3.653)
Alíquota efetiva	34%	34%

16. CONTINGÊNCIAS

Em 2017 a Companhia foi notificada pelas autoridades fiscais, que lavraram auto de infração de Nº 11516.724.296/2017-11, por suposta não tributação pelo imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS dos valores referidos aos créditos de IPI mencionados na Nota 7. Nesta notificação os fiscais arguíram que a tributação seria pelo recebimento dos precatórios. O valor das notificações totaliza aproximadamente R\$ 94 milhões, considerando encargos de multa e juros por atraso. O tema vem sendo discutido nos tribunais e na avaliação da companhia o risco para esse tema é possível, motivo pelo qual nenhuma provisão vem sendo realizada nas demonstrações financeiras.

Diretoria

Valério Gomes Neto – Diretor Presidente

Eleonora Ramos Gomes – Diretora

Jorge Muller – contador – CRC/SC 019.195/O-1